

A greve defensiva em barragens na região sul do Brasil: um olhar a partir dos trabalhadores e do sindicato.

Giovana Duarte, Maria Aparecida Bridi y María Andrea Delfino.

Cita:

Giovana Duarte, Maria Aparecida Bridi y María Andrea Delfino (2025). *A greve defensiva em barragens na região sul do Brasil: um olhar a partir dos trabalhadores e do sindicato*. XVIII Jornadas Argentinas de Estudios de Población - V Congreso Internacional de Población del Cono Sur. Asociación de Estudios de Población de la Argentina, Córdoba.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/xviii.jornadas.aepa/63>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/exQq/scb>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite:
<https://www.aacademica.org>.



XVIII Jornadas Argentinas de Estudios de Población

V Congreso Internacional de Población del Cono Sur

A GREVE DEFENSIVA EM BARRAGENS NA REGIÃO SUL DO BRASIL: UM OLHAR A PARTIR DOS TRABALHADORES E DO SINDICATO

Giovana Duarte

Universidade Federal do Paraná- UFPR

giovana Duarte66@gmail.com

Maria Aparecida Bridi

Universidade Federal do Paraná- UFPR).

macbridi@gmail.com

Maria Andrea Delfino

Universidade Nacional Del Litoral – Universidade Nacional Del Rosario

andelfino@yahoo.com.ar

Resumen

Nesta pesquisa em andamento analisamos as motivações e os desdobramentos de uma greve de caráter defensivo, organizada por trabalhadores barrageiros em um complexo de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), localizado na região Central do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, no período pós-2016. As precárias condições de trabalho e negligências empresariais quanto ao cumprimento da legislação trabalhista, se configuraram como fator central para a mobilização da classe trabalhadora no segmento, no ano de 2022. Identificamos, nesse contexto, as expressões de solidariedade entre trabalhadores em um cenário com políticas neoliberais, permeado por forte individualismo e contínua retirada de direitos trabalhistas, impulsionada por reformas flexibilizadoras, fragilização sindical e à mercantilização dos recursos hídricos, em meio aos governos de direita e de extrema direita no país. Assim, discutimos a resistência barrageira em um contexto que tende a desestimular e enfraquecer a ação coletiva. A partir de um estudo de caso, a pesquisa contempla tanto os interesses objetivos quanto subjetivos envolvidos nos conflitos trabalhistas e nas formas de solidariedade entre os trabalhadores, se valendo metodologicamente de entrevistas com diferentes categorias profissionais inseridas nos empreendimentos, observação direta nos canteiros de obras e análise documental.

Introdução

Este trabalho apresenta um estudo em andamento no campo da sociologia do trabalho, com foco na análise dos desdobramentos de uma greve de caráter defensiva organizada por trabalhadores barrageiros em um complexo de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), localizado na região Central do Estado do Rio Grande do Sul, no período pós-2016. Nesse sentido, estudos das Ciências Sociais apontam como as greves desnudam as formas de resistência da classe trabalhadora (THOMPSON, 1998), evidenciando os inconformismos quanto à dominação e exploração do capital no cotidiano do trabalho (SOUSA, 1989; ABRAMO, 1986).

Por meio de um estudo de caso (BURAWOY, 2014), buscamos compreender os interesses objetivos envolvidos nos conflitos laborais, que envolvem as formas de organização da luta da classe trabalhadora inserida nas obras das barragens na região Central do Rio Grande do Sul. A metodologia inclui entrevistas semiestruturadas (ARFUCH, 2010) com vinte e nove profissionais de diferentes ocupações dos empreendimentos como da área da construção civil, meio ambiente, saúde, limpeza e alimentação, bem como o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem em Geral (SITICEPOT). Complementarmente, realizamos observação direta no canteiro de obras e análise documental (CELLARD, 2012), visando cercar e cotejar a realidade empírica que estamos investigando.

Além da metodologia qualitativa, buscamos através do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG), no âmbito do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIESSE), que conduz pesquisas sobre as greves no Brasil desde o ano de 1978, a fim de mobilizar os dados atinentes ao período de 2010 a 2023, e demonstrar as principais reivindicações, as táticas utilizadas por grevistas, o caráter das greves nos últimos anos e as formas de resolução dos conflitos, a fim de complementarmos o debate a respeito das greves no país.

Apresentamos reflexões sobre as entrevistas com os(as) trabalhadores(as) e o presidente do sindicato, bem como brevemente as características sociodemográficas da região pesquisada. Ainda, apresentamos na sequência os resultados parciais da pesquisa



de tese em andamento, e as discussões dos dados estatísticos a respeito das greves e suas motivações, além das considerações preliminares do estudo.

AS RELAÇÕES DE CLASSE E A GREVE

A região Central do Rio Grande do Sul, composta pelas cidades de Quevedos, Júlio de Castilhos e São Martinho da Serra, se caracteriza por possuir uma economia predominantemente agrícola, um mercado de trabalho informal e abundância de recursos hídricos. Nos últimos anos, tornou-se palco da implementação de quatro Pequenas Centrais de Usinas Hidrelétricas (PCHs), impulsionada por incentivos estatais e flexibilizações ambientais, favorecendo a expansão do setor de energia elétrica no Estado em questão.

Essa dinâmica resultou em um expressivo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) (74,45%, de 2020 para 2021) e um aumento de 18% dos empregos na estrutura ocupacional (IBGE, 2022) na região. O setor de “Obras de infraestrutura para energia elétrica” apresentou um crescimento de 70% dos vínculos empregatícios, do ano de 2018 para 2022, no Estado do Rio Grande do Sul, contrastando com o cenário nacional, que expressou uma redução substancial de postos de trabalho no segmento, no mesmo período (RAIS, 2022).

Mesmo embora tenha havido um crescimento de empregos na região, as condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores desnudam relações precárias, marcadas especialmente pela terceirização, contratos temporários e intermitentes em uma "rede de subcontratação" (LEITE, 2003) da mão de obra, sendo os vínculos de Pessoas Jurídicas (PJ) em regime de tempo determinado e sem direitos 89,6% dos empregos nas obras, em 2022 (RAIS, 2022). Além desse modelo organizacional ser fragmentado, demonstra também flexibilidade que está exposta a força de trabalho e que se adapta às flutuações e ritmo laboral intenso, vivenciando mais 60 horas semanais, no que tange a jornada de trabalho ininterrupta nos canteiros de obras.

Nesse mesmo sentido, a convivência dos trabalhadores nos canteiros de obras das centrais hidrelétricas, pouco a pouco os integram a forjarem um grupo que se rebela contra tais condições aviltantes de labor. As amizades construídas uns com os outros, diante da

possibilidade de convivência que permitiu tais laços afetivos durante o emprego, também se fortaleceu ao compartilharem os espaços públicos comuns pelas cidades.

Embora os relatos indicarem a dificuldade de tempo para o lazer, os trabalhadores frequentavam bares, lancherias (petiscarias), sorveteria, praças, quadras de esporte, ginásio esportivo, posto de gasolina, na região Central. Nesse raro tempo livre que dispunham (após a jornada de trabalho à tardinha, ou nos dias de folga em finais de semana), os entrevistados relatam darem “voltas na cidade”. Alguns também frequentavam balneários da região nos finais de semana. Outros também se encontravam nos momentos de alimentação em “bares” pelas cidades, aonde consumiam peixe, petiscos, pastel, batata frita, tomavam cerveja ou refrigerante. Eles também se encontravam no ginásio esportivo quando alguns jogavam futebol com os companheiros de labuta. Ambos os trabalhadores consideravam tais espaços propícios para os momentos de distração, envolvendo conversar que os aproximavam e os permitiam discutir sobre as condições de trabalho e dialogavam sobre as dificuldades do dia a dia.

Não sem razão, em julho de 2022, os trabalhadores do complexo de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) organizaram uma greve espontânea e defensiva, envolvendo mais de 120 profissionais, homens e mulheres de distintas categorias que se rebelam contra as formas de exploração do trabalho no segmento. Para tanto as motivações envolvem o não pagamento de salários, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), férias e pelas condições degradantes de alojamento, alimentação, falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), altas jornadas, demandas exacerbadas e pressões por produtividade, entre outros aspectos.

A articulação desses trabalhadores também contou com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem em Geral (SITICEPOT), após tentativas fracassadas de negociação direta por parte dos trabalhadores com as empresas terceirizadas e os investidores do complexo energético.

O sindicato, embora inicialmente fragilizado pela “contrarreforma trabalhista” (BRIDI, 2020) de 2017, sobe as Leis nº 13.476/17 e nº 13.429/17, desempenhou um papel central ao judicializar o conflito, assegurando os direitos básicos aos trabalhadores, cuja maioria era oriunda das regiões Sul, Norte e Nordeste do país. Como indica o presidente

do sindicato: “[...] mais de 90% dos trabalhadores não eram do Estado do Rio Grande do Sul” (Entrevista, presidente do Sindicato SITICEPOT, 2023). Parte desses trabalhadores não dispunha de condições financeiras para retornarem às suas cidades natais e se manterem nos municípios sede das usinas hidrelétricas.

Os relatos dos trabalhadores indicam o descaso vivido e a necessidade do apoio do sindicato para “poder alguém falar por nós!” (Entrevista, Raphael, servente de obras, 2023). Nas palavras de Chico, houve tentativas patronais de sabotagem durante a greve, através dos cortes de energia elétrica, da falta de água potável, incluindo alojamentos em condições insalubres e cortes na distribuição de alimentação. O interlocutor Chico ainda comenta que a disponibilização de automóveis também poderia ser, em suas palavras: “[...] “íscas” para nós cair. Eles [empresas] deixaram tudo as chaves nos carros, mas utilizamos os carros somente para dormir e bloquear as entradas” (Entrevista, Chico, pedreiro, 2023). A greve durou aproximadamente 30 dias, embora não houvesse a determinação do tempo comunicada pelos grevistas.

A mobilização que resulta na greve contou com o apoio de todos os demais trabalhadores de outras empresas, que compunham a cadeia produtiva energética e também paralizaram as suas atividades durante o período. Os trabalhadores, ao ocuparem os canteiros de obras, dormiam em redes e faziam fogueiras sobre o chão para se aquecerem durante as noites frias de inverno durante o mês de julho, no Estado do Rio Grande do Sul. As máquinas, tratores, caminhões e os carros das empresas também eram utilizados para bloquear as entradas de acesso das usinas; além disso, havia grupos de trabalhadores nas portarias das obras, dialogando com os demais trabalhadores e empresas que tentassem acessar os espaços.

A alimentação consumida durante o período de greve ocorria mediante a apoio dos demais colegas que residiam na região, e levaram marmitas e cobertores para se aquecerem nos canteiros de obras, demonstrando a solidariedade de classe no momento de luta, motivada pela amizade construída durante o período de labuta, vide a aproximação tanto dentro quanto fora do espaço de trabalho.

A gente que tinha carro ou moto particular ia em casa buscar alguma coisa para comer e cobertor. Como foi bem no frio ali, tinha noites lá na beira do rio que era difícil. A gente não tinha luz lá, deixaram nós sem luz. Creio que na beira

do rio lá, estava uns 2 graus negativos de madrugada (Entrevista, Nestor, servente de obras, 2023).

Em meio à luta pelos direitos, os trabalhadores das barragens relataram a criação de um grupo no WhatsApp para tratar do valor a ser recebido referente aos direitos trabalhistas e às indenizações morais. Este grupo se tornou, ao mesmo tempo, uma forma de estreitarem os laços de solidariedade já mantidos durante o cotidiano laboral, reforçando a força do coletivo que construíram e bradaram pelo cumprimento das leis trabalhistas. Além disso, também indicavam novas empresas e vagas de emprego, especialmente àqueles que ainda se encontravam desempregados, situação que reforça a identificação enquanto uma classe em formação por meio de suas “experiências” (THOMPSON, 1998) em comuns, e vivências durante o período em que atuaram nas usinas hidrelétricas da região Central.

O processo da formação da greve revela a contradição entre o crescimento econômico regional, sustentado pela instalação das PCHs, e a precariedade das relações de trabalho que sustentaram tal expansão. Se, por um lado, os indicadores de PIB e emprego sugerem desenvolvimento, por outro, as formas de exploração, mediado pela terceirização, contratos temporários e jornadas extenuantes, evidenciam um modelo produtivo excludente e desigual.

Nesse contexto acima, a convivência nos canteiros e nos espaços públicos possibilitou laços de solidariedade que transbordaram para a ação coletiva, culminando na greve de 2022. A experiência compartilhada de exploração e resistência transformou-se em motor de consciência coletiva, fortalecida pelo apoio sindical e pela construção de redes de solidariedade. Assim, vê-se a emergência de uma classe em formação (THOMPSON, 1998), que, ainda que fragmentada, se articula e se reconhece como sujeito político diante das adversidades impostas pela reestruturação do setor energético.

A INTERVENÇÃO DO SINDICATO

Segundo o presidente do sindicato, que atua há mais de 40 anos e atende todo o território do Estado do Rio Grande do Sul, com sede na capital, em Porto Alegre, e em cidades como Rio Grande e Caxias do Sul, aponta que o problema da negligência e

abandono de obra por parte de empresas de pequeno porte era comum nesse setor, bem como a rápida substituição por outras empreiteiras, o que demonstra a flexibilidade na organização produtiva. O sindicato em questão havia sido acionado durante o processo de instalação das PCHs em três ocasiões pelos trabalhadores para a resolução de conflitos trabalhistas, nos últimos quatro anos, sendo o maior acontecimento a greve emergente no ano de 2022.

Em linhas gerais, o presidente do sindicato também observa um aumento de casos de conflitos trabalhistas desde a “contrarreforma trabalhista” de 2017 e uma fragilização sindical e redução da equipe interna no segmento. O entrevistado associa essa degradação do sindicato desde a Operação Lava Jato, ocorrida a partir de 2014: “Nós éramos uma equipe muito maior em anos anteriores, mas com a reforma trabalhista, e também com a Operação Lava Jato que, obviamente até as obras diminuíram, diminuiu o quadro de funcionários do sindicato também” (Entrevista, presidente do Sindicato SITICEPOT, 2023).

A terceirização de serviços às empresas de pequeno porte e com menor fluxo financeiro disponível, além de contratos a baixo custo pelos investidores do complexo energético, tem agravado as condições e relações de trabalho nas usinas estudadas, que se somam a piora nas relações de trabalho pela degradação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a legalização do contrato de trabalho intermitente (Lei nº 13.467/17), presente nas obras, resultado da contrarreforma trabalhista de 2017 (BRIDI, 2020).

Embora os trabalhadores relatassem em entrevista que não se sentiam representados pelo sindicato e não contribuíssem mensalmente com o mesmo, e tampouco observassem a organização institucional fiscalizando as obras no período antecedente a greve, reconhecem o papel crucial que o sindicato possuiu para garantia do cumprimento por parte das empresas com os seus direitos trabalhistas.

Para o sindicato, a situação dos trabalhadores tende a se agravar nos locais de difícil acesso à fiscalização, que frequentemente favorecem o descaso e a negligência empresarial quanto às condições de trabalho, tal como o caso das obras na região estudada.

A seguir apresentamos o relato do presidente do sindicato sobre a sua observação ao fiscalizar as obras do complexo energético, em 2022, indicando a precariedade dos espaços em que frequentou.

[...] atraso de pagamento, más condições de trabalho, alimentação ruim. Como o pessoal a maioria não era do Estado tinha que ficar alojado, então, alojamentos de péssima qualidade. É quase sempre os mesmos problemas. Apareceu a falta de EPI, alojamento sujo, condições muito difíceis para trabalhar, e assim várias coisas. [...] Então, quase todas as dificuldades que tu possa imaginar para trabalhar e para viver num local de difícil acesso, nós encontramos lá (Entrevista, presidente do Sindicato SITICEPOT, 2023).

O resultado do conflito trabalhista com a intervenção do sindicato, envolveu o atendimento dos direitos trabalhistas, bem como o pagamento das indenizações morais assegurados aos trabalhadores mediante intervenção judicial, parcelados em 10 vezes, a partir da ação judicial movida pelo sindicato. As empresas propuseram o pagamento parcelado em 24 vezes, cuja proposta foi considerada incabível devido às circunstâncias difíceis em que os trabalhadores se encontravam, sendo essa iniciativa contestada pela organização sindical no período de negociação.

AS GREVES NO BRASIL NOS ULTIMOS ANOS

Conforme os dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIESSE), até o ano de 2010, o Brasil registrou um total de 27 mil mobilizações de trabalhadores. Os anos oitenta foram marcados pelo maior volume de greves comandadas pelo setor metalúrgico e químico, especialmente em 1985, envolvendo pressões para a redução da jornada de trabalho, fixação de intervalos de expedientes e o combate a hiperinflação que impactou o país, e resultou, em 1988 na nova Constituição Federal, que alterou a jornada de 48 horas para 44 horas semanais, incluiu o pagamento de horas extras determinando o limite de 10 horas por dia, dentro outros direitos trabalhistas.

Nesse sentido, os anos de 1989 e 1990 se destacaram como os períodos com o maior número de grevistas face a profunda crise que atingiu o país e em razão da elevação do desemprego e do ínfimo crescimento da economia, que diminuiu a barganha da classe trabalhadora, sendo a maioria das lutas pela ampliação das contratações e pela redução

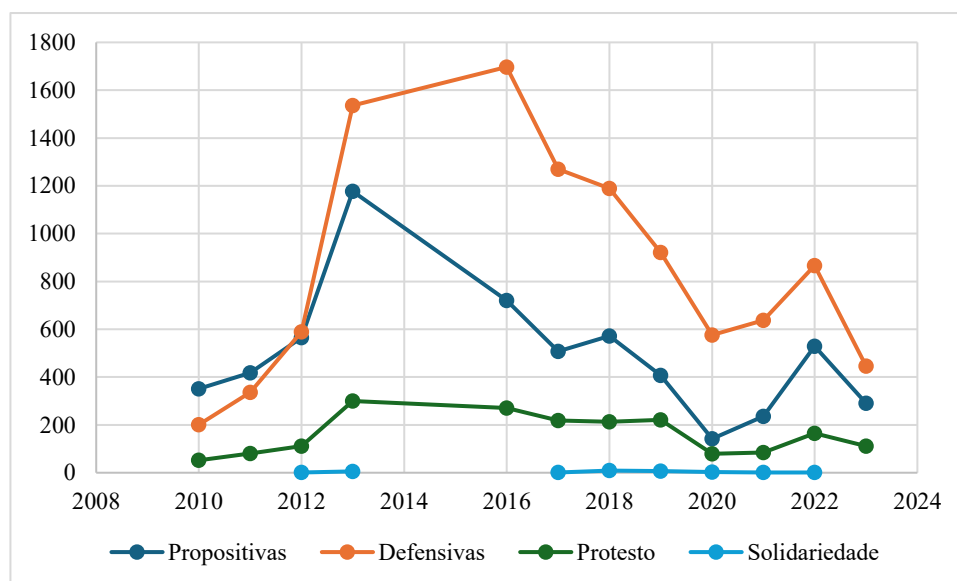
da jornada. Este cenário também foi marcado, igualmente, pelas imposições do setor patronal para a criação de banco de horas para redução do pagamento de horas extras e a flexibilidade da jornada com compensações no tempo de trabalho, introdução de tecnologias e a intensificação do ritmo laboral, atrelada a reestruturação produtiva deste período pelos novos métodos de trabalho e a disseminação das formas flexíveis de trabalho e de emprego.

A partir dos anos 2000, além de contar com a redução significativa de mobilizações, coincide com um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que aumentou em 7,5%, impulsionado pelo crescimento da indústria (10,4%) e do comércio (10,9%), é resultado do estímulo ao desenvolvimento do mercado interno, pela geração de empregos e de renda através de políticas sociais durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mesmo diante da crise enfrentada pelos países europeus, em 2008.

É importante considerarmos nesse texto com intuito comparativo, que as lutas trabalhistas, segundo a SAG, possui um caráter defensivo (56,6%), representando os interesses das categorias e dos setores mobilizados na preservação dos direitos, frente ao descumprimento ou à deterioração da legislação trabalhista vigente, ou da convenção coletiva estabelecida em acordo pelas empresas/unidades. O caráter defensivo registra uma queda de 66,1% de 2016 a 2020. No entanto, se tratando da greve dos trabalhadores barrageiros, ambos ocuparam os canteiros de obras a fim de reivindicar a garantia de seus direitos trabalhistas.

As seguir apresentamos o gráfico que indica o caráter das greves nos últimos anos no Brasil, na qual se sobrepõe o caráter defensivo dos trabalhadores das usinas hidrelétricas.

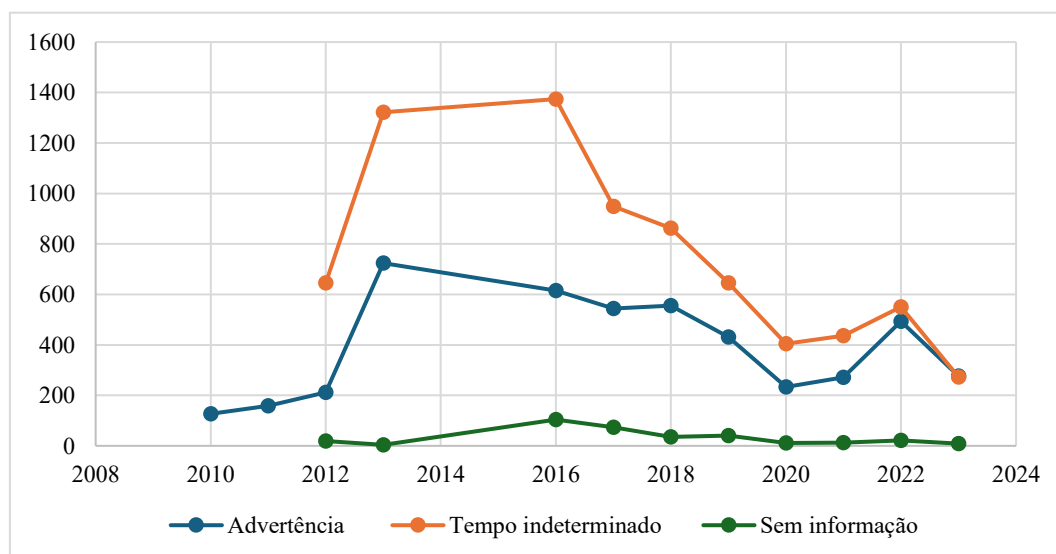
Gráfico 1: O caráter das reivindicações (2010-2023)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados disponíveis no DIESSE-SAG – Sistema de acompanhamento de greves, 03/10/2023.

As táticas de tempo indeterminado no Brasil se tornaram algo comum nas mobilizações trabalhistas nos últimos anos no Brasil, segundo os dados do DIEESE (2022), uma vez que, entre os anos de 2022 e 2023, 60,1% das greves foram mobilizações por tempo indeterminado, sendo este considerado uma tática das greves, como também é possível de ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 2: Táticas das greves no Brasil (2010-2023).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no DIESSE-SAG – Sistema de acompanhamento de greves, 03/10/2023.

Nos últimos treze anos no país (2010-2023), conforme os dados fornecidos pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIESSE) e pelo Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG), a negociação é o método mais frequentemente empregado para resolução dos conflitos trabalhistas, totalizando 64,4%, enquanto a intervenção judicial apresenta uma menor incidência, com 35,5% de casos resolvidos por esse meio.

Em 2022 e 2023, por sua vez, as greves giravam em torno de pedidos de reajuste salarial e elevação do piso, que abarcaram 20,6% das motivações em sua totalidade (DIEESE-SAG, 2022), como observamos no quadro 1 a seguir indicando o total das principais reivindicações dos últimos treze anos no Brasil.

Quadro 1: Total de greves (2010-2023): Principais reivindicações

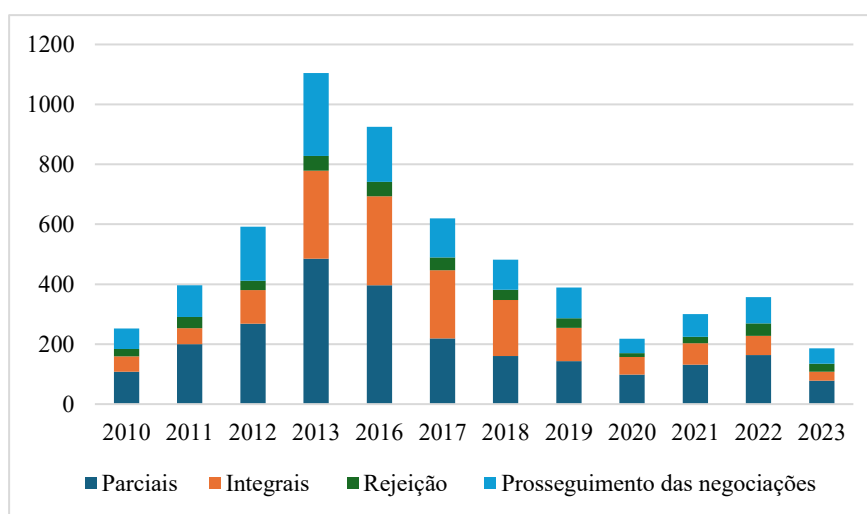
Principais Reivindicações	Total de Greves (2010-2023)	%
Contra o atraso de salários, férias e do 13º	5.280	26,2
Reajuste salarial e do piso	4.065	20,2
Alimentação, transporte, assistência médica	3.318	16,5
Condições de segurança, insalubridade, periculosidade e EPIs	1.264	6,2
Condição e local de trabalho, ferramentas e insumos	2.062	10,2
Plano de Carreira e Salário (PCS)	1.808	9
Melhorias nos serviços públicos, contra a reforma da previdência	784	3,9
Contratação, manutenção do emprego, contra demissões	749	3,7
Repasses do FGTS/INSS, rescisão contratual	86	0,43
Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR)	515	2,6
Redução de jornada	71	0,35
Isonomia salarial	69	0,34
Total	20.071	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no DIESSE-SAG – Sistema de acompanhamento de greves, 04/10/2023¹.

Nos últimos anos no Brasil, segundo os dados do DIESSE-SAG, 42% dos resultados obtidos com as greves foram parciais, 26,7% das demandas foram completamente atendidas, 24,2% prosseguiram para a esfera judicial, e em 6,9% dos casos as causas trabalhistas foram rejeitadas.

Abaixo apresentamos o gráfico 3 com a quantificação que ilustra os resultados obtidos durante as greves mobilizadas entre 2010 e 2023.

Gráfico 3: Resultados das conquistas das greves (2010-2023)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no DIESSE-SAG – Sistema de acompanhamento de greves, 04/10/2023².

Nos últimos treze anos, ao analisar a abrangência das greves ocorridas no Brasil, observamos que a maioria delas tem origem em empresas e unidades (58,1%). Em segundo lugar, são as mobilizações lideradas por categorias (41,8%), e em último, greves intercategorias (0,10%), sendo essa última representada pela greve dos barrageiros de nossa pesquisa empírica.

¹ Destacamos conforme as instruções do DIESSE-SAG que, a soma das parcelas pode ser superior ao total de greves nos últimos treze anos analisados anteriormente, pois uma mesma greve pode conter diversas e distintas reivindicações.

² Para a elaboração do gráfico utilizamos os dados disponíveis no DIESSE-SAG e foram consideradas somente as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados ao instituto de pesquisa. Para isso foi considerado a soma das parcelas que pode ser superior ao total analisado, dado que uma mesma greve pode conter mais de um resultado, até dois resultados combinados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, com a pesquisa estamos demonstramos como os contratos flexíveis e a terceirização irrestrita ampliam a precariedade das relações de trabalho no setor barrageiro, conforme evidenciado no processo de instalação das usinas hidrelétricas. Embora as políticas econômicas do Estado do Rio Grande do Sul tenham alavancado o índice de emprego nesse segmento, distinguindo-se do cenário nacional, a redução de custos por parte das empresas terceirizadas que prestam serviços no setor — favorecendo os contratantes do complexo energético — tem intensificado o descumprimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e exposto a ineficiência das negociações individuais, especialmente diante da sobreposição do negociado ao legislado.

Em relação aos dados estatísticos mobilizados como forma de complementar as informações do caráter, tática e formas de resolução das greves, especialmente nos anos de 2010 a 2023, observamos uma variação crescente nas demandas, com destaque para o ano de 2016, que registrou o maior volume. Por outro lado, entre 2016 e 2020, houve uma diminuição significativa nas mobilizações (queda de 69%), seguida de um ressurgimento em 2022 (aumento de 2020 a 2022 de 64,8%). As principais reivindicações ao longo desses treze anos estiveram relacionadas a questões como atraso de salários, férias e 13º salário, a maioria delas originadas em empresas e unidades (58,1%). Em sua maioria, essas greves têm um caráter defensivo (56,6%), visando à preservação dos direitos trabalhistas. Além disso, costumam se manifestar por tempo indeterminado (60,1%) e empregam o método da negociação para a resolução dos conflitos (64,4%), sendo que a maioria dos resultados é parcialmente resolvida (42%).

Por outro lado, a pesquisa empírica evidencia o dinamismo da força social da luta e contestação promovida pelos trabalhadores na busca pela garantia e a manutenção de seus direitos trabalhistas objetivos (salariais, FGTS, indenizações etc.) e secundários (condições de trabalho), no âmbito do princípio de solidariedade, como comenta o interlocutor Chico: “A gente não é fraco não. A gente tem que encarar. A gente não fez nada de errado, nós só estamos atrás dos nossos direitos”. Além do estudo expressar a

importância do sindicato das categorias profissionais como instrumento legal fundamental na defesa do trabalho digno.

Assim, o caso analisado reflete um retrato de um cenário mais amplo dos efeitos das políticas neoliberais sobre as relações de trabalho no Brasil contemporâneo, apontando para a centralidade da ação coletiva e da solidariedade como formas de enfrentamento às novas dinâmicas de exploração da força de trabalho no país.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Laís. O resgate da dignidade: a greve de 1978 em São Bernado. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo (USP), 1986.

ARFUCH, Leonor. O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BRIDI, Maria A. A pandemia da Covid-19 - crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. Estudos Avançados, nº. 39, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/178763/165381>>. Acessado em 13/05/2025.

BURAWOY, Michael. Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2014.

CELLARD, André. A análise documental. In. Vários autores. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LEITE, Maria P. Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

THOMPSON, Edward P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE GREVES (SAG) - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Banco de dados sobre greve. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?comboBuscaDirigida=TEMA%7Chttp%3A%2F%2Fwww.dieese.org.br%2F2012%2F12%2Fdieese%23T356954348>>.

Acessado em: 04/09/2025.

SOUSA, Nair H. B., A questão da subjetividade nos estudos sobre a classe trabalhadora brasileira: uma abordagem preliminar. XIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MS, 1989.